

ÉTNICO-RACIAIS: ENFRENTAMENTO NAS ESCOLAS AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Charlene Lima Alexandre - UFRPE (Charlene.limaalexandre@gmail.com)¹

Mirameles Sabino da Silva- UFRPE (mirameles@gmail.com)²

RESUMO

O tema aqui proposto trata em discutir ações no processo de ensino-aprendizagem das Relações Étnico-Raciais nas escolas municipais de Pernambuco.

Apontar vivências, dificuldades e desafios enfrentados por professores, alunos e comunidade escolar em geral, em trabalhar e diminuir o preconceito existente no Brasil, bem como elevar a formação da cidadania e valorização das várias histórias e culturas brasileira.

Palavras Chaves: Relações Étnico-Raciais, ensino-aprendizagem, cidadania.

ABSTRACT

The theme here is to discuss proposed actions in the teaching and learning of ethnic and racial relations in public schools of pernambuco.

Pointing experiences, difficulties and challenges faced by teachers, students and school community in general, to work and reduce the prejudice that exists in brazil, as well as raising the citizenship and appreciation of the various stories and brazilian cultures.

Key words: Relations Ethnic-Racial, teaching-learning and citizenship.

Introdução

A pesquisa, aqui apresentada, buscou investigar, analisar e refletir acerca das funções das Relações Étnico-raciais nas Unidades Educacionais. O interesse sobre o tema se deu por tratar de algo muito importante que requer muito estudo, diálogo e desmistificação.

Buscou-se informações com profissionais docentes, alunos, gestores enquanto atores das Relações Humanas, atuantes na Rede Municipal de Ensino (Recife, Barreiros e Floresta),

¹ Segunda Autora é Graduada do curso de Licenciatura em Pedagogia, pela Universidade Federal Rural de Pernambuco e Tradutora Intérprete de Libras pela Escola Técnica Almirante Soares Dutra, Praça Gen. Abreu e Lima, Santo Amaro, PE, 50000-040

² Segunda Orientadora é Pedagoga e Especialista em Psicopedagoga, tutora virtual Senasp/UAB do curso de Pedagogia da Universidade Rural de Pernambuco. Rua Dom Manuel Medeiros, s/n, Recife, PE, CEP 52171-900.

e procurou-se captar explicações, interpretações e como essas escolas trabalham seu currículo sobre o tema em questão.

Na Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004, trata sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana que Art. 215 e Art. 216, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros.

Diante da importância desta disciplina, indispensável articuladora, na construção de saberes que perpassam pelos vários segmentos da escola, reflete-se sobre as dificuldades trazidas pelo dia a dia e os obstáculos encontrados para um justo desempenho, bem como, as desgastes e perdas para todos envolvidos neste processo e mais ainda, qual o verdadeiro papel dessa disciplina e o que ela pode ajudar em uma unidade Educacional. No caminhar de nossa formação e na expectativa de um exercício docente pleno, obter informações do universo da prática em relação de como apresentá-la em sala de aula, relacionando-as aos conhecimentos teóricos permite-se, não somente, a construção de conhecimentos, como também, a construção de nossa própria identidade enquanto formadores de opiniões.

“(…) cidadãos são mulheres e homens que tomando a história dos grupos a que pertencem nas mãos, empreendem luta para que todos, nas suas particularidades sejam reconhecidos, aceitos e respeitados, buscam garantias para participar das decisões que encaminharão os destinos da sua comunidade, da nação onde exercem sua cidadania, do continente onde vivem” (SILVA e ARAUJO-OLIVEIRA, 2004, p.06, grifo nosso).

De acordo com o Relatório do Conselho Nacional de Educação quando da aprovação das Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2004), sem a intervenção do Estado, os postos à margem, entre eles os afro-brasileiros, dificilmente poderão romper o sistema que agrava desigualdades e gera injustiça, ao reger-se por critérios de exclusão, fundados em preconceitos e manutenção de prestígio e privilégios para uns em detrimento do desprestígio de muitos.

A dificuldade de um aluno quando sofre o preconceito ou passa por traumas quanto a sua cor, raça ou situação social, pode ser minimizada e terem resultados menos

alarmantes, se for trabalhado essas questões nas escolas, pois é dela que cidadãos são preparados para o mundo.

A presença da referida disciplina nas unidades escolares tem uma incontestável importância no processo ensino-aprendizagem. Todos os segmentos, ali envolvidos, devem caminhar no mesmo sentido: a construção do saber. Os trabalhos realizados pelos docentes têm como objetivo articular, aprimorar e consolidar ações envolvendo os vários componentes neste processo.

A educação das relações étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadãos, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprio aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais.

Não se pode deixar de reconhecer que na maioria das escolas o ensino da disciplina não está sendo apresentado de maneira significativa, várias denúncias foram feitas a Secretaria de Educação de PE, por profissionais que são cobrados pela determinação do sucesso da escola e pela solução de todos os problemas cotidianos, ou seja, um “resolva tudo”.

A construção do saber no exercício de seu trabalho traz para o docente o desenvolvimento pedagógico significado, apoiado no intercâmbio de aprendizagens. A formação dos educadores deve ser pensada pelo âmbito de busca e reflexão de todos, não simplesmente um joga a disciplina e fazer com que esse docente ministrar sua aula sem o entendimento do assunto, cursos de formações são necessários para que este fim tenha sucesso, o docente e o gestor não podem querer resolver tudo sozinho. É necessário compartilhar as angústias, para administrar os conflitos e chegar a soluções juntamente com o grupo, a fim de promover a qualidade do processo educacional e das relações na escola.

Suas principais atribuições, dentre tantas, entende-se e há discussões que almejam a necessidade de que o sistema educacional trate de forma adequada à diversidade étnico-racial é uma das reivindicações do Movimento Negro, no sentido de garantir formação que promova exercício pleno da cidadania.

O ensino das Relações étnicas devem se enquadrar às Leis e proporcionar ao discente continuidade no processo de interação, esses documentos podem ser encontrados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei de Nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, em seus artigos 26 e 26 A, Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) CP3/2004 e CNE/ CP1/2004, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das

Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Lei 10.639/03.

Metodologia

A abordagem utilizada nessa pesquisa foi de natureza qualitativa, uma vez que enfatiza a caracterização, a compreensão e a interpretação dos fenômenos verificados no grupo, compreendendo ações que acontecem no ambiente e no seu contexto social (MOURA; FERREIRA, 1998).

O processo de investigação que norteou a temática da pesquisa situou-se na metodologia do estudo de caso, que permitiu o aprofundamento, restrição do campo e compreensão da realidade investigada. De acordo com Gil (2008, p.15), o estudo de caso caracteriza-se por ser um “estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, permitindo seu amplo e detalhado conhecimento” e, conseqüentemente, a verticalização e o aprofundamento das informações sobre o contexto ou sujeito investigado.

Outro aspecto de metodologia que norteou a referida pesquisa foi à pesquisa documental com intuito de captar explicações e interpretações que ocorrem naquela realidade.

Assim, a investigação se deu em três instituições da rede pública do Estado, que possui documentos que comprovam suas atuações na medida de inclusão em sua estrutura educacional, sendo essas, referências em educação fundamental II e médio, são elas Escolas e EREM (Escolas de Referência em Ensino Médio), uma situada na zona oeste do Recife, no bairro de Casa Amarela, a outra situada em Barreiros, Mata Sul do Estado e a última, no Município de Floresta, Sertão Central de Pernambuco. As instituições foram escolhidas por critérios de conveniência e por ser um local que abre espaço para ser campo de pesquisa.

Análises dos resultados

Questionadas, as escolas, respectivamente: Recife, Barreiros e Floresta.

Sobre a questão das ações desenvolvidas na escola que contemple a referida disciplina, seu papel frente à gestão escolar, ao Projeto político Pedagógico (PPP), nas reuniões pedagógicas, no acompanhamento de planejamentos e projetos Didáticos a escola 1 colocou que analisa, planeja, executa e acompanha o desenvolvimento de todos esses processos, seguindo uma linha complementar a escola 2 se posiciona como articuladora

junto aos alunos e que contempla a disciplina de forma a expandir os estudos e de prezar pelo bem estar de todos os alunos e que estes se sintam acolhidos de forma igualitária, aos parâmetros e propostas pedagógicas estabelecidas pelo sistema educacional estadual. Observadora e defensora do bem estar e tempo pedagógico dos discentes no acompanhamento do desenvolvimento destas. Contribuir e proporcionar a construção do PPP com a participação de todos. Incluir a direção no diálogo e redirecionamento, quando necessário, de práticas voltadas para ações educativas pertinentes à Educação das Relações Étnicas.

Já a escola 3 diz que trabalha afundo na construção do processo da escola, mas que falta muita informação de vários documentos, da formação de professores na área e que não há professores que dominem de fato tal disciplina, também há dificuldades na execução destas, por se tratar de outro temas que há envolvem, como o bullying e a discriminação dentro da própria escola. Como ocorre o processo de formação continuada, a coordenação respondeu que esta ocorre por promoção da secretaria de educação de cada município com a orientação de suas gerências regionais. Observou-se que esta formação não é construída no contexto onde o processo está inserido, visto que, vem de fora para dentro e não de dentro da sala de aula para busca de soluções e saberes significados.

A questão de como ocorre o acompanhamento dos discentes a escola 1 diz que faz através de dados bimestrais, fornecidos pelos professores. A escola 2 faz um acompanhamento cotidiano dos aspectos afetivos, cognitivos, psicomotor e na interação com diversos olhares de outros profissionais envolvidos no processo de aprendizagem dos alunos, a escola 3 diz que faz de forma cotidiana também e procura trabalhar com projetos que visem à inserção, com conversas e rodas de diálogos. Percebeu-se que as escolas mantêm certo interesse da prática do processo, inviabilizando a contextualização de ações busca o envolvimento com o processo e suas situações, bem como, a interação com os atores envolvidos.

Os entraves encontrados no exercício de suas funções foram citados pela c como o acúmulo de funções que não lhe competem, tirando o foco e o tempo do pedagógico, acreditando que deveria existir a disciplina de fato e professores formados na área fim e pontuam a falta de espaço físico para as diversas atividades, falta de funcionários capacitados, alta rotatividade de docentes, impedindo uma formação adequada.

O que se pode notar no geral é que as escolas trabalham a inclusão apenas se tratando de pessoas com deficiência e não trabalhando os demais, já que a relação Étnica, valores e cidadania também cabem em Inclusão.

Conclusão

Pode-se com essa pesquisa, compreender que, as Relações Étnico-Raciais nas escolas, é um tema que faz parte do cotidiano da escola, no que se refere a diálogos com os alunos e enfrentamento de dificuldades, porém, na área educacional, percebe-se que muitos professores são despreparados e que há na verdade uma gama de responsabilidades para este profissional, que tem que lidar com vários segmentos na escola, o ato de incluir. Além disso, trabalha com propósitos de melhorarem e desmistificar a verdadeira relação dos étnicos, e desabafam que um dos grandes desafios da escola é lidar com os problemas que ocorrem fora dela e que mais que interfere na rotina e desenvolvimento dos alunos, também afirmam que precisam trabalhar mais a participação e a criação de meios de comunicação com os pais. É difícil convencê-los da importância da participação deles na vida escolar de seus filhos, explicitar e dicotomizar as responsabilidades da família e a função que a escola tem com relação à educação de seus filhos, não adiantam trabalhar valores na escola e isto acabar com preconceitos e conversas que diminuem o outro.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em seu artigo 2º diz que:

“A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios” de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996, p. 01).

Porém, esta parceria poderia ser significada pelos questionamentos diários, comuns à prática docente, através de uma formação continuada, inserida no processo, contribuindo para construção de resultados e saberes recíprocos.

A discussão sobre a cultura e educação acerca dos étnico-raciais não deve ser trabalhado esporadicamente, é indispensável pensar no PPP da escola com temas e intervenções regulares, sobretudo na área da inclusão de todos e que abordem a cultura e valorização do outro.

É impossível pensar em escola, educação e no país, sem valorização cultural, principalmente a dos povos que tanto ajudou na formação da Nação e que traz consigo reconhecimento, pertencimento e valorização de identidades.

Espera-se que pesquisas como essas ajudem professores, estudantes, a desmistificar conceitos pré-estabelecidos, racismos e desvalorização étnica e que sirvam de discussões para enfrentamento da realidade brasileira.

Referências

ALVES, Nilda (org.). Educação e Supervisão: o trabalho coletivo na escola. 11ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2006.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9394.htm> Acesso em: 05/11/2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais. Brasília, 1997.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/BB 14/1999. Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas. Brasília, 1999. <www.mec.gov.br/cne>.

_____. Resolução CNE/CP 1/2004. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, 2004b. <www.mec.gov.br/cne>.

_____. BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC/ SEF, 2005.

GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2008.

MOURA, Maria Lucia S.de; FERREIRA, Maria Cristina; PAINE, Patrícia Ann. Manual de elaboração de projetos de pesquisa. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; ARAÚJO-OLIVEIRA, Sonia Estela. Cidadania, ética e diversidade: desafios para a formação em pesquisa. In: ENCUESTRO CORREDOR DE LAS IDEAS DEL CONO SUR “Sociedade civil, democracia e integración”, VI, Montevideo, 2004.

